



RELATÓRIO DE GESTÃO

Ano de 2022



MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Índice

1.	Enquadramento Macroeconómico.....	3
2.	Quadro evolutivo da política orçamental desenvolvida	9
2.1.	Receita.....	9
2.1.1.	Grau de Execução Orçamental da Receita	9
2.1.2.	Receita cobrada efetiva (valores absolutos e relativos).....	10
2.2.	Despesa	12
2.2.1.	Grau de Execução Orçamental Total.....	12
2.2.2.	Grau de Execução Orçamental da Despesa por Económica.....	13
2.2.3.	Despesas Pagas Efetivas (valores absolutos e relativos).....	13
2.3.	Grandes Opções do Plano	14
2.3.1.	Investimento anual por Objetivo e Programa.....	14
2.3.2.	Grau de Execução das Grandes Opções do Plano	16
3.	Quadro evolutivo da situação económica e financeira	18
3.1.	Análise do Balanço.....	18
3.1.1.	Ativo.....	18
3.1.1.1.	Fundo de Apoio Municipal.....	18
3.1.2.	Passivo.....	18
3.1.2.1.	Provisões para riscos e encargos	18
3.2.	Demonstração de Resultados	18
3.2.1.	Gastos.....	19
3.2.1.1.	Custo das Mercadorias Vendidas	19
3.2.1.2.	Provisões do Exercício	19
3.2.1.3.	Gastos por juros e outros encargos.....	19
3.2.2.	Rendimentos.....	19
3.2.2.1.	Vendas e Prestação de Serviços e Concessões	19
3.2.2.2.	Impostos e Taxas	20
3.2.2.3.	Outros Rendimentos e Ganhos	20
4.	Análise Financeira - Rácios.....	21
4.1.	Evolução da dívida do Município	21
4.2.	Indicadores de Gestão	21
4.2.1.	Indicadores de natureza orçamental	22
4.2.2.	Indicadores de natureza financeira	23
5.	Contabilidade de Gestão.....	25
5.1.	Conceito	25
5.2.	Custos das funções	25
5.3.	Critérios de imputação dos custos indiretos utilizados.....	27
6.	Proposta de aplicação de resultados	28
7.	Notas Finais.....	29

Índice de Gráficos

Figura 1 - Grau de Execução.....	9
Figura 2 – Valor (Relat.) / Rubrica.....	11
Figura 3 – Grau de Execução.....	12
Figura 4 – Grau de Execução (Económica).....	13
Figura 5 – Valor (Relat.) / Rubrica.....	14
Figura 6 – Execução Anual / Objetivos Valor (Abs. / Relat.).....	15
Figura 7 – Montante Executado/ Função / Programa.....	15
Figura 8 – Grau de Execução Total Anual.....	17
Figura 9 – Capital em Dívida	21
Figura 10 – Receita Cobrada / Despesa Paga	22
Figura 11 – Receitas e Despesas (Correntes / Capital).....	23

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Grau de Execução Orçamental da Receita.....	10
Tabela 2 – Receita cobrada efetiva	10
Tabela 3 – Formação da Receita/Rubrica	11
Tabela 4 – Transferências Correntes e Capital	12
Tabela 5 – Despesas Pagas Efetivas	13
Tabela 6 – Grau de Execução das Grandes Opções do Plano.....	17
Tabela 7 – Indicadores de natureza orçamental.....	22
Tabela 8 – Indicadores de natureza financeira.....	23
Tabela 9 - Custos das Funções	26

1. Enquadramento Macroeconómico

Portugal registou um crescimento de 6,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022, situando-se uma décima abaixo da previsão do Governo. Esta taxa fixa-se, contudo, acima dos 6,5% estimados no Orçamento do Estado para 2023 (OE2023). No último trimestre do ano, o PIB, em termos reais, registou uma variação homóloga de 3,2%, número que foi ligeiramente revisto em alta.

O contributo da procura interna para a variação homóloga do PIB diminuiu no quarto trimestre, passando de 3,2 pontos percentuais (p.p.) no terceiro trimestre, para 1,9 p.p., verificando-se um crescimento menos acentuado do consumo privado e uma diminuição do investimento.

A tendência também se verificou nas relações com o exterior, sendo que o contributo positivo da procura externa líquida para a variação homóloga do PIB também diminuiu, para 1,3 p.p. (1,6 p.p. no trimestre anterior), traduzindo a desaceleração das Exportações de Bens e Serviços, em volume, mais intensa que a das Importações de Bens e Serviços.

Olhando para o conjunto do ano 2022, confirma-se o crescimento de 6,7% do PIB em volume, o mais elevado desde 1987. A procura interna ajudou a impulsionar a economia, apesar do contributo ter sido inferior ao do ano anterior, com uma desaceleração do investimento. Já o contributo da procura externa líquida passou a positivo em 2022.

Mesmo assim, registou-se uma perda dos termos de troca em termos homólogos, no contexto internacional de elevada inflação.

No que diz respeito ao consumo privado, que registou crescimento de 5,7% em termos reais, é de destacar a recuperação da componente automóvel, após taxas negativas nos três anos anteriores. Por outro lado, o consumo público desacelerou em termos reais, registando uma taxa de variação de 2,4%. Relativamente ao investimento, este aumentou 2,7% em termos reais em 2022.

Relativamente ao mercado de trabalho, em 2022, o emprego para o conjunto dos ramos de atividade registou um crescimento de 2,0%, após um aumento de 1,9% no ano anterior. O emprego remunerado também aumentou.

Tendo em conta os indicadores do emprego e horas trabalhadas, verifica-se que no ano de 2022 a produtividade medida pelo rácio entre o PIB em volume e o número de pessoas empregadas aumentou 4,0% (2,9% em 2021), enquanto medida pelo rácio entre o PIB em volume e o número de horas trabalhadas passou de um crescimento de 1,7% em 2021 para 3,1% em 2022.

Olhando para o futuro, a economia portuguesa deverá crescer 1,8% em 2023 e 2% em 2024 e 2025, após os já referidos 6,7% em 2022. A inflação deverá reduzir-se gradualmente, de 8,1% em 2022 para 5,5% em 2023, 3,2% em 2024 e 2,1% em 2025. Desde o final de 2022, tem-se registado uma redução dos custos das matérias-primas energéticas, contribuindo para uma melhoria nos

termos de troca da economia e uma redução das pressões externas sobre os preços no consumidor. O ritmo de crescimento do PIB deverá aumentar ao longo de 2023 e a inflação deverá reduzir-se de 8,4% no primeiro trimestre para 3,2% no quarto trimestre. Em 2024–25, a dissipação dos constrangimentos nas cadeias de fornecimento, a redução da incerteza, a recuperação do rendimento real das famílias e o recebimento dos fundos europeus deverão contribuir para a aceleração do PIB, parcialmente contrariada por condições financeiras mais restritivas. A desaceleração dos preços externos deverá transmitir-se aos preços no consumidor de forma generalizada, implicando uma redução da inflação em 2024 e 2025.

A economia portuguesa deverá continuar a convergir com a Zona Euro no horizonte temporal que se segue. O maior crescimento da atividade em Portugal reflete o dinamismo das exportações de serviços, a manutenção de ganhos de quota nos mercados externos, a retoma do investimento (beneficiando do maior recebimento de fundos) e o crescimento da produtividade total dos fatores, associado ao aumento das qualificações da população. Em contraste, o consumo cresce mais moderadamente em Portugal do que na Zona Euro, condicionado pela maior exposição à subida das taxas de juro, devido ao peso expressivo dos empréstimos a taxa variável.

Nos próximos trimestres, a descida da inflação assentará essencialmente na evolução dos preços dos bens energéticos e alimentares, mas a sua magnitude é incerta. A moderação no aumento dos preços dos outros bens e serviços será mais lenta, devido a efeitos desfasados dos preços dos bens energéticos, à recuperação das margens de lucro e ao crescimento dos salários.

A persistência dos aumentos fortes de preços na Zona Euro, em particular nas componentes com preços menos voláteis, tem alimentado expectativas de uma política monetária mais restritiva no futuro. A taxa de juro de curto prazo prevista ultrapassa 4% na segunda metade de 2023. Face ao passado, o efeito da subida das taxas de juro é atenuado pela redução do endividamento do setor privado observada desde 2011, para rácios em percentagem do PIB próximos dos registados na Zona Euro. As poupanças acumuladas pelos agentes económicos e a recuperação gradual dos setores mais atingidos durante a pandemia contribuem também para mitigar o impacto da normalização da política monetária. O mercado de trabalho deverá manter-se robusto, projetando-se a manutenção do emprego em níveis elevados e ganhos de salário médio real, o que sustenta o rendimento disponível das famílias.

Nos próximos anos, identificam-se riscos globalmente em baixa para a atividade e em alta para a inflação. Os principais riscos em baixa para a atividade incluem o impacto da normalização da política monetária, o aumento das fricções nos mercados financeiros e o escalar do conflito na Ucrânia. As recentes tensões nos mercados financeiros constituem um risco adicional, de magnitude incerta, para a atividade económica. No caso da inflação, o principal risco está relacionado com uma evolução mais forte e persistente das pressões inflacionistas internas.

É fundamental a coordenação das políticas económicas para conter as pressões inflacionistas. A redução sustentada da inflação na Zona Euro continuará a ser a prioridade do Banco Central Europeu, que atuará de modo a manter as expectativas de inflação de longo prazo ancoradas no objetivo de estabilidade de preços. É importante assegurar a consistência entre as políticas monetária e orçamental. As medidas de apoio que visam mitigar o impacto da inflação elevada deverão ser temporárias e direcionadas aos mais vulneráveis, evitando-se estímulos generalizados e persistentes sobre a procura. A sustentabilidade das finanças públicas deve permanecer uma prioridade num quadro de aumento das taxas de juro, dívida pública elevada e envelhecimento da população.

As perspetivas para a atividade e para o comércio mundial melhoram previsivelmente nos próximos anos tendo em conta previsões anteriores, mas o crescimento permanece inferior ao período pré-pandemia. Após terem ressurgido sinais de fraqueza no final de 2022, a economia mundial retoma o dinamismo no curto prazo, à medida que se fazem sentir os efeitos da diminuição dos preços das matérias-primas energéticas, da reabertura da China, das menores disrupções nas cadeias de produção e do aumento da confiança dos agentes económicos.

A atividade económica na Zona Euro estagnou no quarto trimestre de 2022, mas espera-se uma evolução mais favorável ao longo de 2023. A desaceleração no final do ano refletiu uma redução do consumo e do investimento, num quadro de incerteza e preços de energia elevados.

Os indicadores recentes sinalizam uma melhoria das perspetivas no curto prazo, no entanto, continua a ser de crescimento moderado (1%). Nos anos seguintes, a atividade acelera, à medida que a incerteza abranda, a inflação diminui e as disrupções na oferta se dissipam.

A inflação na Zona Euro tem vindo a reduzir-se nos meses recentes, com o desvanecimento das pressões sobre os preços das matérias-primas, sobretudo das energéticas. No entanto, subsistem ainda pressões nas cadeias de produção e também relacionadas com os efeitos da reabertura da economia.

As pressões inflacionistas externas reduzem-se substancialmente em 2023. As hipóteses para os preços de importação dos concorrentes incorporam uma variação de 2,5% em 2023 (16,1% no ano anterior) e próxima de 2% nos anos de 2024 e 2025. Os preços das matérias-primas energéticas caem, em particular do gás natural, no contexto de um reequilíbrio deste mercado.

Relativamente á economia portuguesa, a atividade económica cresce 1,9%, em média, no intervalo entre 2023 e 2025, condicionada pela inflação elevada e pelo agravamento das condições de financiamento. Em 2023, o crescimento diminui de 6,7% para 1,8%, traduzindo, em larga medida, o menor contributo do consumo privado e das exportações, em particular de turismo, após a recuperação dos níveis pré-pandemia. Nos dois anos seguintes, o crescimento aumenta para 2%, com um maior contributo do consumo e do investimento, num quadro de recuperação

do rendimento disponível, condições de financiamento mais estáveis, redução da incerteza e menores pressões inflacionistas. Uma decomposição das projeções com base num modelo de equilíbrio geral corrobora a relevância da evolução das condições da oferta para o maior ritmo de crescimento do PIB em 2024 e 2025.

Nos próximos anos, o investimento e as exportações retomam as trajetórias de crescimento observadas no período pré-pandemia, aumentando o seu peso no PIB e contribuindo para um crescimento sustentado da economia portuguesa.

O consumo privado aumenta 0,3% em 2023, enquadrado pelo crescimento contido do rendimento disponível real e pela recuperação da taxa de poupança. Após a resiliência observada ao longo de 2022, o consumo privado caiu 0,4% no último trimestre de 2023. Este comportamento foi transversal às componentes de bens duradouros e consumo corrente. O acentuar dos efeitos associados à inflação alta e ao agravamento das condições financeiras, parcialmente mitigados pelas medidas de apoio do Governo, terão contribuído para a redução do consumo no final de 2022. Estes fatores deverão continuar a condicionar a evolução do consumo ao longo de 2023. Em particular, a subida expressiva das taxas de juro desde meados de 2022 restringe o acesso a novos empréstimos e implica um novo aumento do serviço da dívida.

Nos próximos anos mais recentes, o consumo privado acelera, mas cresce a um ritmo inferior ao da atividade. O abrandamento dos preços e o crescimento dos salários por trabalhador contribuem para um aumento do rendimento disponível real de 1,8%, em média, em 2024 e 2025. Num contexto de menor incerteza, o consumo privado cresce 1,2%, em média, assumindo-se a continuação da recuperação da taxa de poupança para um nível próximo do observado antes da pandemia.

Relativamente ao consumo público, este cresceu 2,4% em 2022, sendo que cresce 1,8% em 2023 e mantém uma tendência de desaceleração ao longo dos próximos anos. A desaceleração em 2023 está associada a um menor crescimento do número de funcionários públicos. Pelo contrário, o menor dinamismo das vendas de bens e serviços pelas administrações públicas após o período de recuperação pós-pandémico determina uma aceleração da despesa com bens e serviços. Em 2024 e 2025 o consumo público cresce, em média, 1%, assumindo-se a estabilização do número de funcionários públicos e um crescimento de cerca de 2% da despesa em bens e serviços, em linha com o PIB.

Após um aumento de 2,7% em 2022, o investimento cresce 2,3% em 2023 e 4,7%, em média, em 2024 e 2025, beneficiando da entrada de fundos da União Europeia. O investimento público tem um forte impulso em 2023, em linha com o Orçamento do Estado. Nos anos seguintes consideram-se taxas de crescimento progressivamente menores. O crescimento médio em torno de 10% no

horizonte de projeção é explicado em larga medida pelo impacto da execução dos projetos financiados pelo PRR.

O investimento empresarial deverá crescer menos em 2023 (0,9%, após 2,6% em 2022), refletindo o aperto das condições de financiamento e o abrandamento da procura global. A manutenção da incerteza elevada também motiva a adoção de uma postura mais cautelosa por parte das empresas, contribuindo para o adiamento de decisões de investimento. No entanto, espera-se que a aceleração da procura, o abrandamento gradual dos custos de produção e o desvanecimento dos constrangimentos nas cadeias de fornecimento potenciem um maior dinamismo desta componente a partir da segunda metade de 2023.

O investimento em habitação será a componente da despesa mais afetada pelo aumento das taxas de juro, projetando-se uma redução em torno de 4% em 2023. A evolução deste agregado será igualmente condicionada, do lado da procura, pelo impacto da inflação sobre o poder de compra das famílias e, do lado da oferta, pelos custos de construção elevados e a dificuldade de contratação de mão-de-obra.

A balança corrente e de capital deverá voltar a registar excedentes nos próximos anos, ultrapassando 2% do PIB, em média, após um saldo de -0,4% em 2022. A melhoria face a 2022 reflete, em larga medida, o comportamento do saldo de bens e serviços. O impacto negativo da pandemia sobre os fluxos de turismo (em 2020) e a perda de termos de troca em 2021 e 2022 determinaram, neste período, um défice médio desta balança de 2,2% do PIB. Relativamente aos anos futuros, projeta-se uma melhoria contínua do saldo da balança de bens e serviços, refletindo um efeito de volume positivo, associado, em particular, ao dinamismo do turismo, e a melhoria dos termos de troca, num contexto de redução dos preços dos bens energéticos.

A inflação encontra-se numa trajetória de redução desde o final de 2022, mas mantém-se elevada. O aumento expressivo da inflação (medida pela taxa de variação do IHPC) para 8,1% em 2022 refletiu maioritariamente pressões de origem externa. As componentes do IHPC com maior conteúdo importado (excluindo energéticos) explicaram 4,2 pp da inflação observada. A diminuição recente da inflação é explicada quase exclusivamente pela evolução da componente energética, traduzindo a queda do preço do petróleo e da eletricidade no início de 2023. Excluindo energéticos, os preços mantêm um ritmo de crescimento elevado e relativamente estável desde o final de 2022. Tal persistência amplia a incerteza em torno da trajetória da inflação no curto prazo.

Concluindo, importa referir que para os próximos tempos um dos principais riscos está associado aos efeitos da normalização da política monetária na atividade. A subida das taxas de juro, na Zona Euro, mas também nas principais economias avançadas, poderá implicar um agravamento das condições de financiamento mais severo que o implícito nas projeções para os próximos anos. Tal tornaria mais evidentes as vulnerabilidades financeiras de alguns agentes económicos e teria

impactos mais negativos sobre o consumo privado e o investimento. Pode também conjugar-se com uma maior turbulência nos mercados financeiros, implicando efeitos de contágio entre o ciclo financeiro e o ciclo económico.

O aumento das tensões geopolíticas também constitui um risco para o futuro. A invasão da Ucrânia pela Rússia continua a ser uma fonte de incerteza, podendo ocorrer uma escalada do conflito, traduzindo-se em novos choques sobre a oferta e os preços das matérias-primas e afetando negativamente a atividade e a confiança dos agentes.

Em sentido oposto, identificam-se riscos em alta para a atividade associados à robustez do mercado de trabalho, às margens acumuladas durante a pandemia por famílias e empresas e à recuperação mais forte dos salários reais. Adicionalmente, a reabertura da China poderá implicar um maior dinamismo da procura externa dirigida a Portugal, potenciando o crescimento da economia.

2. Quadro evolutivo da política orçamental desenvolvida

2.1.Receita

2.1.1. Grau de Execução Orçamental da Receita

O Município efetuou algumas alterações orçamentais ao longo do ano por forma de ajustar o orçamento em função das necessidades ocorridas na execução da despesa, tendo igualmente realizado alterações orçamentais na receita.

A execução orçamental da receita evoluiu de forma gradual ao longo do ano tendo registado um grau de execução na ordem dos 99% no final do ano.

A Figura 1 apresenta uma abordagem comparativa dos últimos 3 anos.

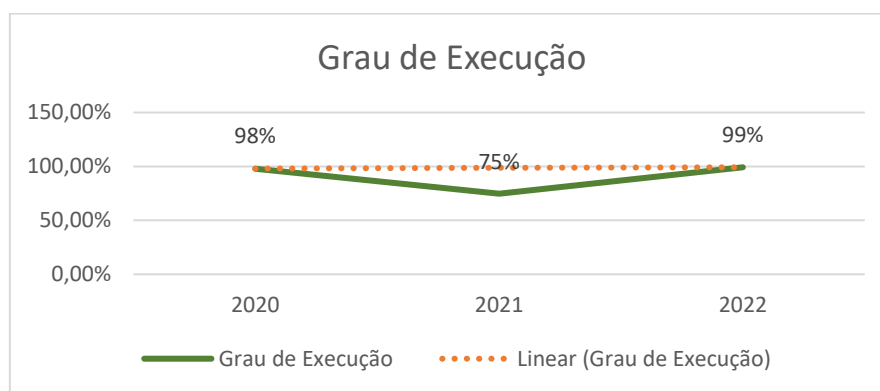


Figura 1 - Grau de Execução

Em 2022 constata-se uma oscilação positiva do rácio, que regista um aumento de 24 pontos percentuais comparativamente a 2021, fixando-se a execução nos 99%.

A tabela seguinte apresenta a evolução percentual da execução dos capítulos para o período 2020-2022:

Rubricas	2022	2021	2020
01 – Impostos diretos	99,59	94,98	102,20
02 – Impostos indiretos	49,32	20,29	80,51
04 – Taxas, multas e outras penalidades	93,52	148,36	87,24
05 – Rendimentos da propriedade	101,54	74,72	99,72
06 – Transferências correntes	101,42	94,30	96,87
07 – Venda de bens e serviços correntes	73,96	69,97	56,80
08 – Outras receitas correntes	99,05	0,43	100,88
09 – Venda de bens de investimento	97,83	172,06	0,00
10 – Transferências de capital	103,48	40,48	144,34
11 – Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00
12 – Passivos financeiros	0,00	32,88	99,99
13 – Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	87,83	0,00	312,50

Tabela 1 – Grau de Execução Orçamental da Receita

2.1.2. Receita cobrada efetiva (valores absolutos e relativos)

Relativamente à receita efetivamente cobrada em termos absolutos, a mesma foi distribuída pelas rubricas orçamentais, segundo a tabela infra:

Rubricas	2022
01 – Impostos diretos	743.651,11
02 – Impostos indiretos	1.615,28
04 – Taxas, multas e outras penalidades	23.393,18
05 – Rendimentos da propriedade	526.547,56
06 – Transferências correntes	8.013.565,63
07 – Venda de bens e serviços correntes	723.800,47
08 – Outras receitas correntes	143.596,77
09 – Venda de bens de investimento	14.850,00
10 – Transferências de capital	1.052.248,47
11 – Ativos financeiros	0,00
12 – Passivos financeiros	0,00
13 – Outras Receitas de Capital	0,00
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	1.581,00
Total	11.244.849,47

Tabela 2 – Receita cobrada efetiva

Da análise da tabela podemos constatar que a rubrica 06 – Transferências Correntes é aquela que mais contribui para o total da receita efetivamente cobrada, seguindo-se a rubrica 10 – Transferências de Capital, 01 – Impostos Diretos, 07 – Venda de Bens e Serviços Correntes, e a 05 – Rendimentos da Propriedade.

Por forma a realçar o contributo de cada uma das rubricas apresentadas elaborou-se o seguinte gráfico onde se discrimina o peso relativo de cada rubrica para a constituição da receita total.

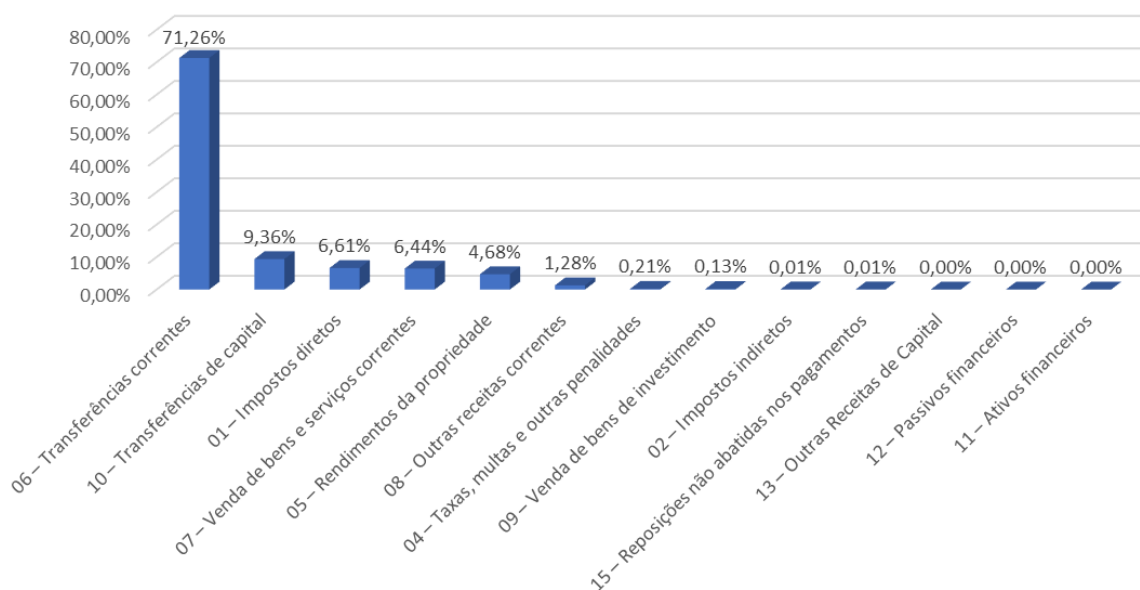


Figura 2 – Valor (Relat.) / Rubrica

A figura 2 espelha e reforça o que já se havia abordado na análise dos valores absolutos relativamente às rubricas com maior peso na formação da receita total. Refira-se ainda, numa perspetiva demonstrativa a importância das rubricas apresentadas na tabela seguinte que, considerando o seu valor acumulado correspondem a 99,63 % do total da receita cobrada.

Rubricas	2022
06 – Transferências correntes	71,26%
10 – Transferências de capital	9,36%
01 – Impostos diretos	6,61%
07 – Venda de bens e serviços correntes	6,44%
05 – Rendimentos da propriedade	4,68%
08 – Outras receitas correntes	1,28%
Total	99,63%

Tabela 3 – Formação da Receita/Rubrica

Da análise da tabela constata-se que as rubricas 06 – Transferências correntes e 10 – Transferências de capital, que englobam as transferências e subsídios obtidos merece especial destaque uma vez que representa 80,62% do total da receita arrecadada. Nesse sentido considera-

se pertinente analisar as rubricas que a constituem percebendo-se assim a origem do valor e a evolução destes, comparativamente aos períodos homólogos, conforme demonstra a seguinte tabela:

Rubricas	2022	2021	2020
Transferências do orçamento do Estado	8.636.837,81	8.419.477,41	7.814.113,00
Outros	220.533,58	219.441,55	211.382,49
Exterior (Fundos comunitários)	208.442,71	518.683,27	429.926,54

Tabela 4 – Transferências Correntes e Capital

2.2.Despesa

2.2.1. Grau de Execução Orçamental Total

Após análise geral ao orçamento da despesa para 2022 verificamos que, no final do ano foi atingido o valor de 78,81% de execução relativamente ao valor inicialmente orçamentado (apurado tendo por base as despesas de capital e correntes). Importa neste ponto efetuar uma análise ao nível de execução orçamental em comparação com os anos homólogos 2021 e 2020, utilizando para o efeito a figura seguinte:

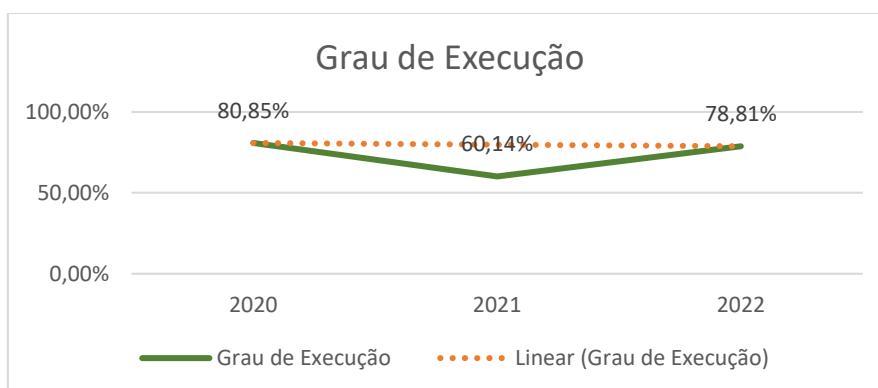


Figura 3 – Grau de Execução

Avaliando a figura supra constata-se que a execução orçamental da despesa nos últimos 3 anos apresenta uma oscilação de valores, registando em 2022 uma percentagem de execução 18,67% superior à verificada no ano de 2021.

Importa salientar que o valor de execução em 2022 de 78,81% evidencia a eficiência na execução do orçamento para o respetivo ano, como já anteriormente havia sido referido aquando da análise da execução orçamental da receita.

2.2.2. Grau de Execução Orçamental da Despesa por Económica

A figura seguinte apresenta o grau de execução orçamental por classificação económica, conforme demonstra a figura seguinte:

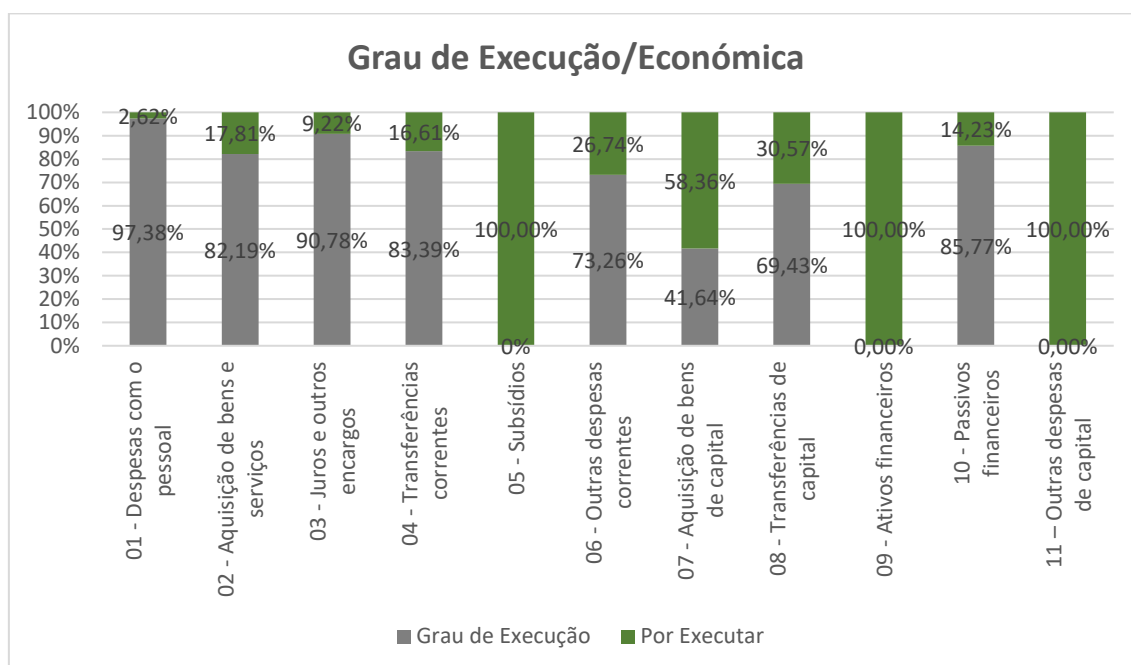


Figura 4 – Grau de Execução (Económica)

2.2.3. Despesas Pagas Efetivas (valores absolutos e relativos)

Relativamente à despesa efetivamente paga em termos absolutos, a mesma foi distribuída pela classificação económica, segundo a tabela infra:

Rubricas	2022
01 - Despesas com o pessoal	3.970.725,35
02 - Aquisição de bens e serviços	4.070.219,66
03 - Juros e outros encargos	106.532,59
04 - Transferências correntes	1.032.869,25
05 - Subsídios	0,00
06 - Outras despesas correntes	45.244,66
07 - Aquisição de bens de capital	1.071.183,44
08 - Transferências de capital	341.473,76
09 - Ativos financeiros	0,00
10 - Passivos financeiros	305.348,40
11 - Outras despesas de capital	0,00
Total	10.943.597,11

Tabela 5 – Despesas Pagas Efetivas

Da análise da tabela verifica-se que a rubrica 02 – Aquisição de bens e serviços é aquela que mais contribui para o nível de despesas pagas, seguindo-se a rubrica 01 – Despesas com o pessoal, rubrica 07 – Transferências de capital e a rubrica 04 – Transferências correntes. Para uma melhor visualização do peso de cada rubrica no total de despesas pagas apresentamos a seguinte figura:

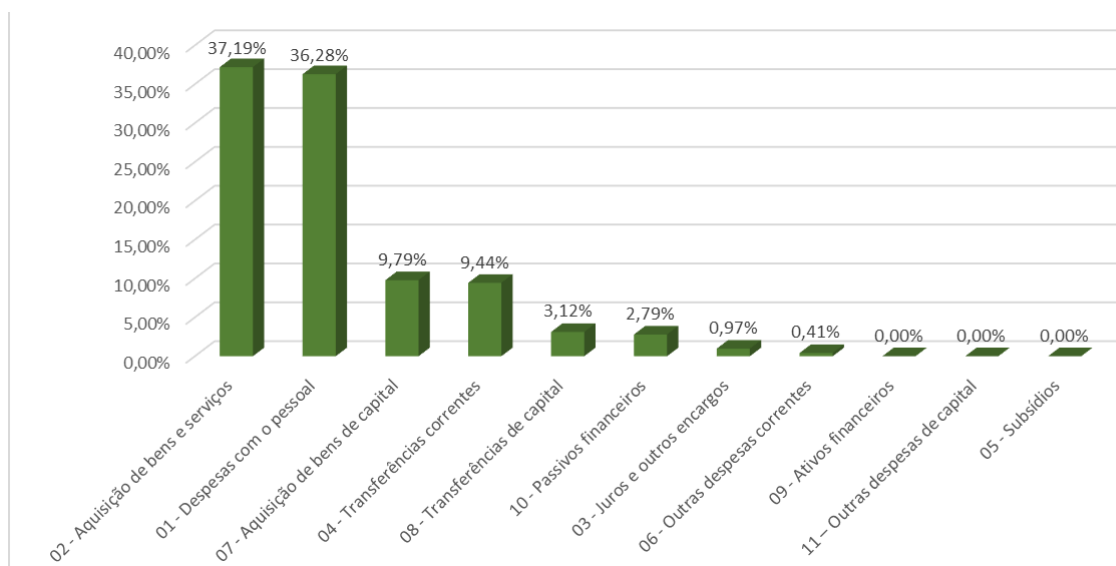


Figura 5 – Valor (Relat.) / Rubrica

A figura 5 evidencia explicitamente, o referido anteriormente em relação às rubricas que mais contribuem para o valor das despesas totais pagas pelo Município. Da análise da figura verificamos que as rubricas 01, 02, 04 e 07 correspondem a 92,70% do total da despesa paga, encontrando-se em sintonia com os anos transatos e que espelha o normal funcionamento do Município.

2.3. Grandes Opções do Plano

2.3.1. Investimento anual por Objetivo e Programa

Município ao longo do ano 2022 canalizou investimento para implementar e executar determinados projetos associados a programas específicos e enquadrados estes últimos em diversos objetivos (funções) inscritas nas Grandes Opções do Plano. Nesse sentido e de forma a espelhar a atividade do Município nesse âmbito, apresentam-se os seguintes gráficos, onde se procurou demonstrar numa primeira fase o investimento realizado por objetivo em termos absolutos e relativos.

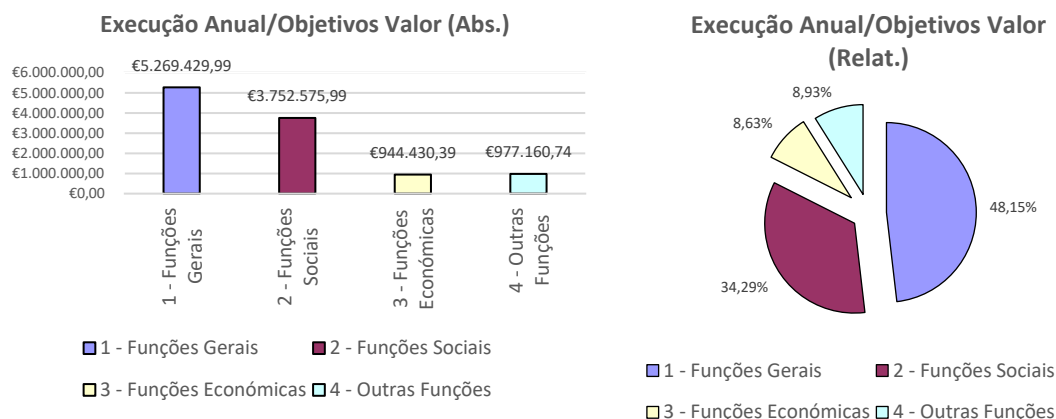


Figura 6 – Execução Anual / Objetivos Valor (Abs. / Relat.)

Da análise das figuras supra verifica-se que a maior percentagem de investimento vai para as *Funções Gerais* e *Funções Sociais* que absorvem cerca de 48% e 34%, respetivamente, do total do investimento.

Tendo em conta os valores apresentados, considerou-se pertinente explicar as quatro Funções constantes das Grandes Opções do Plano para 2022 (GOP 2022), analisando os Programas que lhes estão afetos, através da figura seguinte.

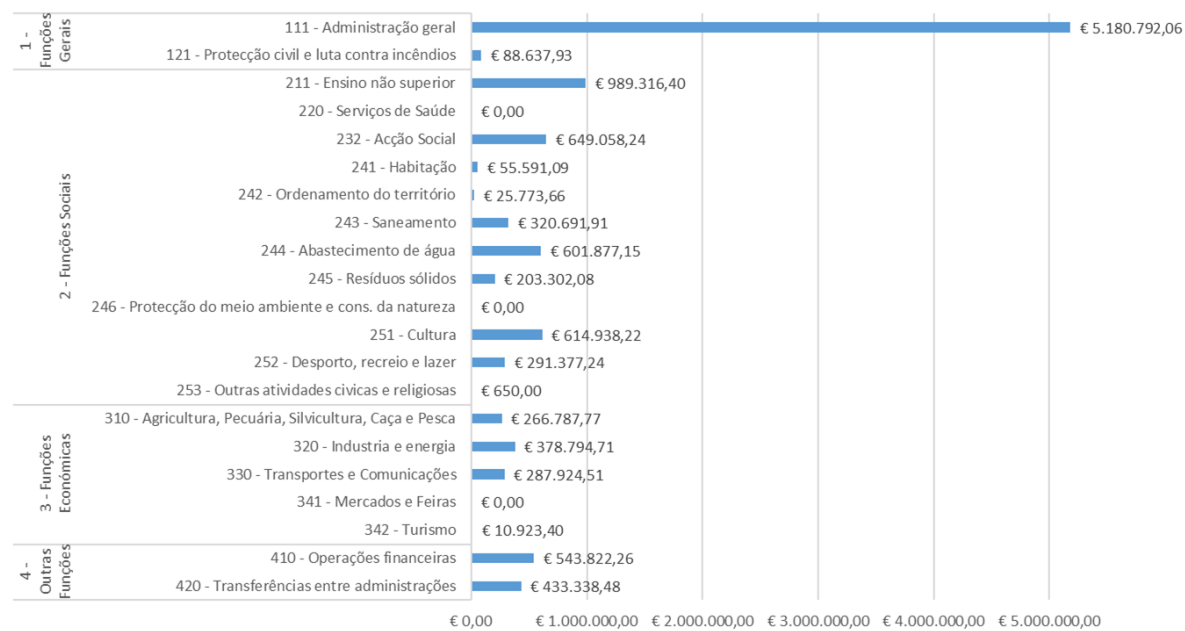


Figura 7 – Montante Executado/ Função / Programa

Observando a figura 7, constata-se de forma evidente que a maior concentração de investimento recai nos objetivos gerais 1 – *Funções Gerais* e 2 – *Funções Sociais* distribuído pelos programas

apresentados e que, no seu acumulado representam aproximadamente 82% do montante total executado nas GOP 2022.

Considerou-se ainda pertinente destacar os programas que apresentam um nível de investimento mais significativo. Desta forma, importa agora fazer referência ao tipo de investimento associado a esses programas, justificando assim os valores apresentados.

Escrutinando o objetivo geral 1 – *Funções Gerais*, deparamo-nos com o Programa com maior expressão 111 – *Administração Geral*. O valor aí inscrito corresponde às despesas com o pessoal, aquisições de bens e serviços correntes, e despesas de investimento.

Analisando o objetivo geral 2 – *Funções Sociais*, verificamos que o programa 211 – *Ensino não superior* é o que apresenta maior expressão. O valor apresentado justifica-se, entre outros, com os montantes gastos com a delegação de competências na área da educação. De realçar também o programa 232 – *Ação Social*, no qual se incluem os montantes gastos no Cartão de Saúde Figueira Saudável, nas medidas de apoio de emergência social e familiar, na Cegonha Mobil e nos Programas CEI e CEI+.

Importa ainda salientar os montantes afetos ao objetivo geral 3 – *Funções Económicas*, nomeadamente no que se refere aos programas 310 - *Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca*, 320 – *Indústria e Energia* e 330 – *Transportes e Comunicações* e que dizem respeito a valores destinados à Iluminação Pública, o Programa de Apoio Figueira + Verde, Obras de Regeneração Urbana, Feira Agrícola Transfronteiriça, entre outros.

2.3.2. Grau de Execução das Grandes Opções do Plano

Conceptualmente, o Grau de Execução mede, em percentagem, a relação entre o montante executado e o montante previsto no Orçamento sendo, como tal, um indicador que apresenta algumas limitações. Consideramos, contudo, que a sua análise se reveste de alguma importância no sentido de se perceber a eficiência e precisão no dimensionamento dos montantes inicialmente assumidos por comparação com o realmente executado. Nesse sentido achámos pertinente fazer uma abordagem ao mesmo utilizando para o efeito a tabela seguinte:

Objetivo/Funções	Programas	Grau Exec.
1 - Funções Gerais	111 - Administração geral	84,39%
	121 - Protecção civil e luta contra incêndios	30,64%
2 - Funções Sociais	211 - Ensino não superior	90,61%
	220 - Serviços de Saúde	0,00%
	232 - Acção Social	79,78%
	241 - Habitação	31,78%

Objetivo/Funções	Programas	Grau Exec.
	242 - Ordenamento do território	57,49%
	243 - Saneamento	97,40%
	244 - Abastecimento de água	96,90%
	245 - Resíduos sólidos	89,70%
	246 - Protecção do meio ambiente e cons. da natureza	0,00%
	251 - Cultura	79,65%
	252 - Desporto, recreio e lazer	68,19%
	253 - Outras atividades cívicas e religiosas	6,19%
3 - Funções Económicas	310 - Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	54,13%
	320 - Indústria e energia	72,72%
	330 - Transportes e Comunicações	43,92%
	341 - Mercados e Feiras	0,00%
	342 - Turismo	67,32%
4 - Outras Funções	410 - Operações financeiras	89,69%
	420 - Transferências entre administrações	83,11%

Tabela 6 – Grau de Execução das Grandes Opções do Plano

Torna-se claro, através de uma breve análise, que o grau de execução apresenta níveis elevados, revelando para o efeito a capacidade de comprometimento assumido inicialmente aquando da elaboração dos documentos previsionais.

Relativamente à execução total anual e em comparação com os dois anos anteriores, apresentamos a figura seguinte, ilustrativa dos valores alcançados:

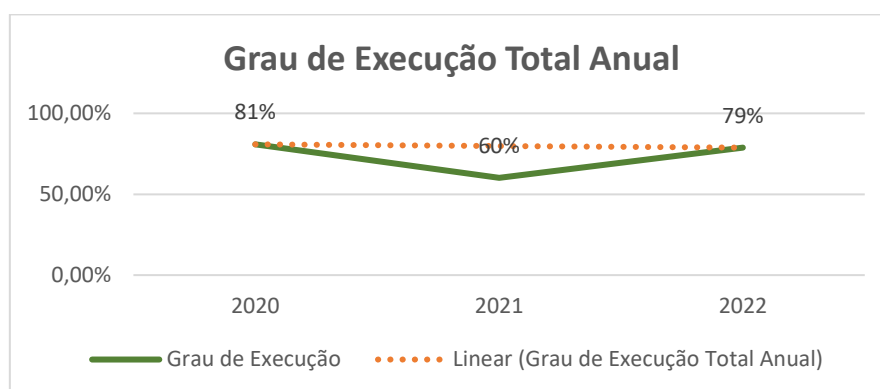


Figura 8 – Grau de Execução Total Anual

Comprova-se, com a análise do gráfico apresentado, aquilo que já foi referido anteriormente, evidenciando-se uma boa execução tal como verificado nos anos transatos, para valores próximos do ano de 2020, determinado por um dimensionamento realista dos documentos previsionais iniciais.

3. Quadro evolutivo da situação económica e financeira

3.1. Análise do Balanço

O Balanço apresenta uma estrutura equilibrada, refletindo, em 31 de dezembro de 2022, a situação geral do Município em termos económicos e financeiros.

No entanto cabe fazer referência a determinados acontecimentos considerados pertinentes na sua análise.

3.1.1. Ativo

3.1.1.1. Fundo de Apoio Municipal

O valor apresentado no Balanço relativo às participações financeiras inclui o saldo a débito de 326.569,50 € constante da conta 414 e correspondente ao valor total do Fundo de Apoio Municipal.

A subscrição total do Município de Figueira de Castelo Rodrigo ascendia inicialmente a 507.999,32 €, tendo sido efetuada em 2018 um ajustamento em baixo do valor da subscrição no montante de 181.429,82 €, por força da redução do capital social do Fundo nos termos da Lei do Orçamento de Estado de 2018. No final de 2022 manteve-se o montante subscrito de 326.569,50 €.

De referir que a realização foi de 72.570,00 € por ano, em duas prestações anuais ocorridas em junho e dezembro, durante os anos de 2015 a 2017, sendo que em 2018 a realização foi de 54.431,25 € correspondente a duas prestações ocorridas em junho e dezembro, em 2019 a realização foi de 36.285,50 € correspondente a duas prestações ocorridas em junho e dezembro.

3.1.2. Passivo

3.1.2.1. Provisões para riscos e encargos

No ano de 2022 registou-se um reforço de Provisões no montante de 24.000,00 €, totalizando no final de 2022 o valor de 123.141,23 € nas rubricas de provisões para riscos e encargos referentes a processos judiciais em curso iniciados em 2021.

3.2. Demonstração de Resultados

O exercício de 2022, após o apuramento de todos os custos e proveitos, gerou um resultado líquido negativo de 238.272,42 €, tendo o resultado alcançado no ano 2021 sido negativo de 218.381,09 €. Esta ligeira variação pode ser explicada, nomeadamente, pela variação ocorrida na rubrica de “Transferências e subsídios correntes obtidos”, que registou um aumento significativo em comparação com o período homólogo, contribuindo sobremaneira para os resultados alcançados nos dois últimos anos. Também a rubrica “Gastos com pessoal” registou um significativo aumento

por força da transferência de competências para o Município no âmbito da Educação. De salientar ainda variações de algumas rubricas de custos e proveitos consideradas pertinentes abordar e que passamos a discriminar:

3.2.1. Gastos

3.2.1.1.Custo das Mercadorias Vendidas

O valor constante na conta 61 diz respeito na sua maioria ao registo de faturas de água e saneamento emitidas pela entidade Águas do Vale do Tejo, S.A.

De realçar que no ano de 2022 o Município continuou a utilizar o Sistema de Inventário Permanente.

3.2.1.2.Provisões do Exercício

Relativamente ao montante que constitui o saldo da conta de imparidades do exercício – 6511 apenas de referir que foi efetuado um reforço de imparidades de 32.771,30 € proveniente de dívidas da cobrança de água e saneamento há mais de 6 meses.

No que respeita aos processos judiciais em curso, foi feito um reforço no valor de 24.000,00 € nas provisões que estavam criadas, relacionadas com 2 processos instaurados em 2021 no valor de 99.141,23 €, devidamente registado na conta 673. Quanto aos restantes, o Executivo entende que o risco de vir a ser condenado é na sua generalidade reduzido. No final de 2022, o valor das provisões era de 123.141,23 €.

3.2.1.3.Gastos por juros e outros encargos

O valor da conta 69 regista o valor de 61.346,99 €, ligeiramente superior ao registado em 2021 apresentando uma variação absoluta de 10.316,72 € justificado pelos juros do acordo de pagamento ARD e pela subida das taxas de juro dos financiamentos obtidos.

3.2.2. Rendimentos

3.2.2.1.Vendas e Prestação de Serviços e Concessões

Relativamente às vendas, esta rubrica registou um aumento face ao ano anterior, motivada essencialmente pelo acréscimo ocorrido nas vendas de Água.

A variação das Prestações de Serviços e Concessões em 2022 acompanhou a evolução ocorrida nas vendas, tal como descrito anteriormente.

3.2.2.2. Impostos e Taxas

A conta 70 – Impostos, Contribuições e Taxas apresenta um valor superior ao registado em período homólogo, apresentando uma variação absoluta de 63.522,01 € em relação ao ano anterior, contribuindo para a melhoria dos resultados.

3.2.2.3. Outros Rendimentos e Ganhos

O valor da conta 78 apresenta um valor ligeiramente inferior ao verificado em 2021. Nesta rubrica, há a destacar as rendas de concessão, bem como a imputação de subsídios e transferências para investimento.

4. Análise Financeira - Rácios

Nos pontos seguintes iremos avaliar a evolução da dívida do Município e apresentar-se-ão alguns rácios para evidenciar a posição financeira em referência ao Balanço e Demonstração de Resultados, fazendo-se uma comparação com períodos homólogos para uma melhor perceção da evolução seguida.

4.1. Evolução da dívida do Município

No que respeita a este ponto, pode afirmar-se que a estrutura da dívida registou uma tendência decrescente ao longo do último ano, devido às amortizações normais ocorridas durante o ano 2022. Esta tendência pode ser perfeitamente visível e analisada na figura seguinte.

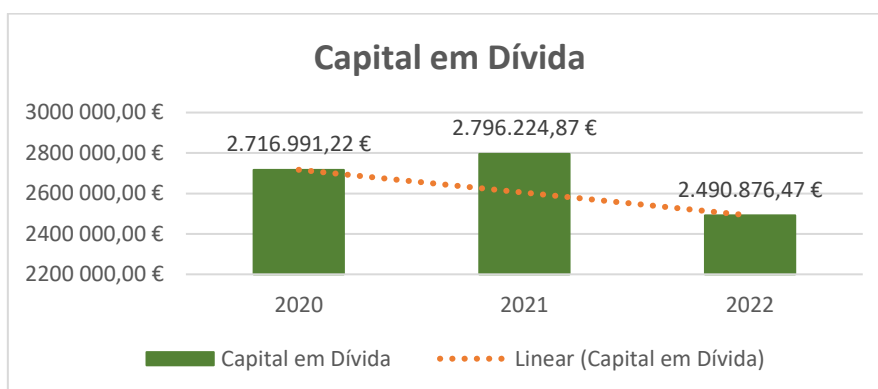


Figura 9 – Capital em Dívida

De referir que, o valor do Capital em Dívida em referência apenas engloba o correspondente às dívidas a instituições de crédito, não existindo nenhum contrato de Leasing em vigor.

4.2. Indicadores de Gestão

O cálculo de alguns indicadores de gestão é um aspeto importante, uma vez que aqueles fornecem informação que permite fazer um acompanhamento da administração financeira tanto no domínio orçamental, como económico, financeiro e patrimonial. Nesse sentido, irão ser apresentados vários indicadores considerados pertinentes, acompanhados de explicação dos respetivos valores, apresentando, sempre que o justifique, tabelas e ilustrações.

4.2.1. Indicadores de natureza orçamental

Descrição	2021	2022
Cobertura das despesas pela receita (sem saldo de gerência)	1,054	1,027
Peso das despesas correntes nas receitas correntes	0,894	0,907
Peso das despesas de capital nas receitas de capital (incluindo componente não efetiva)	1,162	1,610
Peso da despesa total na receita total (sem saldo de gerência)	0,949	0,973

Tabela 7 – Indicadores de natureza orçamental

Da análise dos indicadores apresentados, nomeadamente os indicadores *Cobertura das despesas pela receita* e por inerência o indicador *Peso da despesa total na receita total*, verifica-se uma ligeira variação negativa diminuindo a diferença entre a despesa total e receita total, registando-se, a particularidade de que as receitas totais continuam a conseguir cobrir a totalidade das despesas.

Esta diferença poderá ser perfeitamente verificada através da visualização das figuras seguintes nas quais se pretende comparar, inicialmente e em valor absoluto, a receita total líquida cobrada e a despesa total paga, e em seguida comparar a receita e a despesa desagregada em corrente e capital.

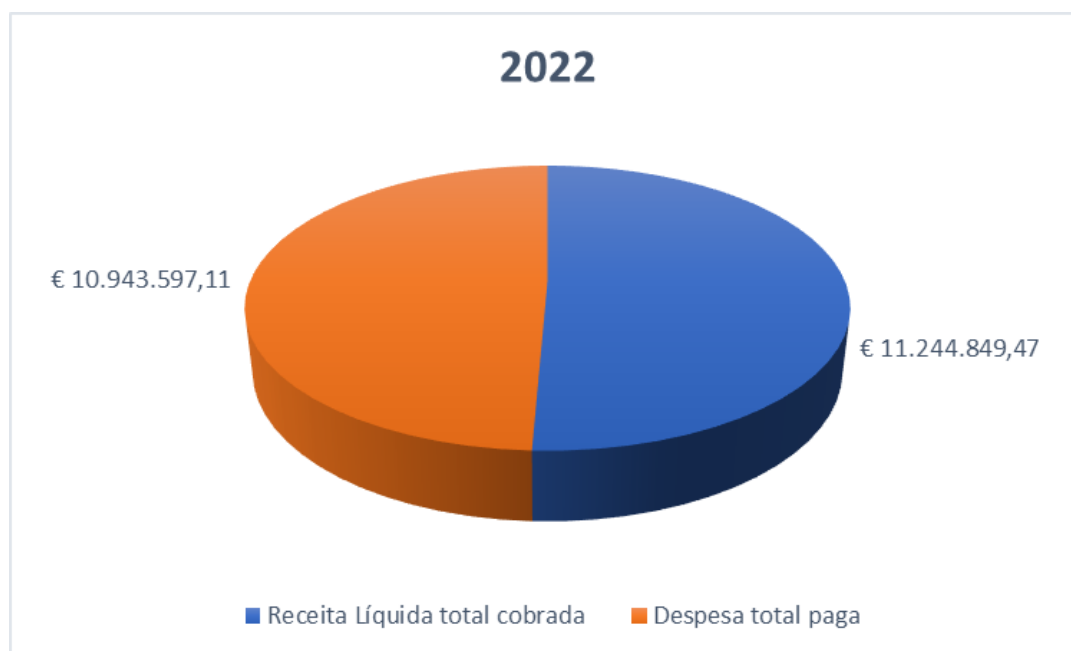


Figura 10 – Receita Cobrada / Despesa Paga¹

¹ O valor da receita total exclui o Saldo de Gerência



Figura 11 – Receitas e Despesas (Correntes / Capital)²

4.2.2. Indicadores de natureza financeira

Descrição	2021	2022
Liquidez geral	2,168	3,831
Liquidez reduzida	2,168	3,831
Liquidez imediata	2,111	3,733
Solvabilidade	3,540	3,096

Tabela 8 – Indicadores de natureza financeira

Analisando os rácios de liquidez podemos verificar que apresentam variação em relação ao ano transato, fundamentalmente devido à diminuição das dívidas a terceiros de curto prazo e ao substancial aumento das Disponibilidades.

No que respeita à liquidez geral, o facto de ser superior que 1 significa que o Fundo de Maneio é maior que zero, quer isto dizer que os capitais circulantes (disponibilidades, dividas de terceiros e existências) cobrem o exigível de curto prazo (dividas a terceiros).

² Os valores da despesa e da receita de capital incluem a componente não efetiva

Refira-se ainda que este rácio deve oscilar entre 1,3 e 2, evidenciando-se que este rácio registou uma melhoria significativa em relação aos valores apresentados o ano transato.

No que respeita aos restantes indicadores de liquidez, nomeadamente o indicador de liquidez reduzida, este apresenta um valor elevado, e aquando da análise conjunta com o indicador de liquidez geral e o facto de apresentarem um valor próximo comprova o reduzido impacto das existências no ativo do Município.

Por último e no que concerne à solvabilidade encontra-se dentro de parâmetros aceitáveis, o que significa que a entidade tem capacidade para que no longo prazo faça face aos seus compromissos sem qualquer problema, atendendo ao valor encontrado.

5. Contabilidade de Gestão

A contabilidade de gestão (CG) destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões.

A Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 estabelece a base para o desenvolvimento de um sistema de Contabilidade de Gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.

De seguida, divulga-se informação acerca de cada bem e serviço, dando cumprimento ao estipulado na NCP 27.

5.1. Conceito

Os serviços são os centros de custo, através dos quais é possível apurar os custos de Serviços, para onde os materiais, mão-de-obra, máquinas/viaturas, depreciações/amortizações e serviços, são requisitados e imputados.

Serviço - Considera-se um serviço, o conjunto de atividades inerentes aos objetivos do Município, com vista à satisfação das necessidades diretas ou indiretas dos munícipes.

Função - Área de intervenção autárquica, relativa à atividade, em todos os domínios para os quais a Autarquia dispõe de atribuições. Nem todas as funções previstas na lei, são alvo de movimentação pelo seu teor e enquadramento nas competências do Município.

O modelo da Tabela de Bens, encontra-se estruturado conforme exemplificado a seguir, onde se constata que os centros de custo se encontram alocados às diferentes classificações funcionais.

5.2. Custos das funções

A contabilidade de gestão assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, adotando o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e com base na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP.

Assim, pode-se quantificar o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção que são as funções: gerais, sociais, económicas e outras funções.

Programas	2021	2022	Var. Abs.
110 - Serviços Gerais de Administração Pública	547 292,94	694 098,56	146 805,62
111 - Administração Geral	2 459 815,65	3 618 908,14	1 159 092,49

Programas	2021	2022	Var. Abs.
120 - Segurança e Ordem Pública	35 348,76	76 815,34	41 466,58
121 - Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	197 334,28	180 525,23	-16 809,05
1 - Funções Gerais	3 239 791,63	4 570 347,27	1 330 555,64
210 - Educação	372 346,44	248 886,75	-123 459,69
211 - Educação Não Superior	416 204,42	417 111,47	907,05
212 - Serviços Auxiliares de Ensino	23 457,31	414 557,16	391 099,85
220 - Saúde	20 740,26	15 769,24	-4 971,02
230 - Segurança e Ação Sociais	35 447,23	24 080,69	-11 366,54
232 - Ação Social	681 180,11	701 622,11	20 442,00
240 - Habitação e Serviços Coletivos	106 213,45	81 555,00	-24 658,45
241 - Habitação	518,17	0,00	-518,17
242 - Ordenamento do Território	23 115,99	28 980,59	5 864,60
243 - Saneamento	501 955,57	480 965,31	-20 990,26
244 - Abastecimento de Água	653 057,99	237 237,74	-415 820,25
245 - Resíduos Sólidos	266 264,87	247 991,87	-18 273,00
246 - Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	143 729,81	156 488,97	12 759,16
250 - Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	4 850,82	2 934,72	-1 916,10
251 - Cultura	504 562,68	768 374,19	263 811,51
252 - Desporto, Recreio e Lazer	708 430,74	733 861,82	25 431,08
253 - Outras Atividades Cívicas e Religiosas	21 290,93	16 211,55	-5 079,38
2 - Funções Sociais	4 483 366,79	4 576 629,18	93 262,39
310 - Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	40 247,46	181 256,12	141 008,66
320 - Indústria e Energia	809 197,63	359 963,79	-449 233,84
330 - Transportes e Comunicações	623 414,19	582 793,69	-40 620,50
331 - Transportes Rodoviários	296 053,71	276 075,14	-19 978,57
340 - Comércio e Turismo	31 930,61	31 363,76	-566,85
341 - Mercados e Feira	45 250,08	37 153,94	-8 096,14
342 - Turismo	218 475,68	207 152,10	-11 323,58
350 - Outras Funções Económicas	298 205,37	235 552,16	-62 653,21
3 - Funções Económicas	2 362 774,73	1 911 310,70	-451 464,03
420 Transferências entre administrações	45 502,25	81 387,58	35 885,33
4 - Outras Funções	45 502,25	81 387,58	35 885,33
Total	10 131 435,40	11 139 674,73	1 008 239,33

Tabela 9 - Custos das Funções

Do quadro anterior salienta-se, o peso das Funções Sociais que representam 41,08% do total dos custos, que apresentam cerca de 4.576.629,18 €. As rubricas que mais contribuíram, foram a Ação Social, Cultura e Desporto, Recreio e Lazer.

Se analisarmos as Funções Económicas concluímos que representam 17,15% (1.911.310,70 €) dos custos totais, sendo que a rubrica dos Transportes e Comunicação é a que mais contribui.

Das Funções Gerais, que representam 41,03% do total dos custos, destacamos o peso da rubrica Administração Geral, sendo que este grupo integra os órgãos da autarquia e os seus serviços de apoio, nomeadamente, a área administrativa e financeira, recursos humanos, jurídicos e notariado, manutenção e conservação de edifícios considerados nesta função, com custo de 4.570.347,27 €. No que respeita às Outras Funções, em 2022 estas apresentam um valor de 81.387,58 €, sendo compostas essencialmente por Transferências entre Administrações.

5.3.Critérios de imputação dos custos indiretos utilizados

Do total dos custos, existe sempre um grande número para os quais não é possível proceder a uma afetação direta e unívoca a uma função, havendo, então, a obrigatoriedade de proceder à respetiva repartição.

Os custos indiretos (ou comuns) são aqueles que se podem identificar com mais do que um Bem ou Serviço, ou com mais que uma Função, podendo ocorrer dois cenários:

- Cenário 1 –

Se os custos, podendo ser atribuídos a mais do que um bem ou um serviço, forem, contudo, identificados completamente com uma única Função, está-se na presença de Custos Diretos a Função (mas indiretos aos Bens e Serviços dessa Função).

O valor registado como Custos Diretos a uma Função irá ainda ser repartido como Custos Indiretos de cada Bem ou Serviço dessa Função e corresponde, para cada Bem ou Serviço, à percentagem do total dos respetivos Custos Diretos no total dos Custos Diretos dos Bens e Serviços da Função em que se enquadrem.

- Cenário 2 –

Se os Custos são de tal modo genéricos que nem sequer podem ser atribuídos a uma única Função, está-se na presença de Custos Indiretos a Funções (e, portanto, indiretos aos Bens e Serviços de todas as Funções).

Quanto ao valor registado como Custos Indiretos a Funções que irá ser repartido por todas as Funções e que corresponde, para cada Função, à percentagem do total dos respetivos Custos Diretos no total geral dos Custos Diretos apurados em todas as funções.

Esta repartição de Custos Indiretos ocorre para cada mês, ficando-se, assim, com todos os Custos (Diretos e Indiretos) de Bens/Serviços e Funções.

6. Proposta de aplicação de resultados

Conforme evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, o Resultado Líquido apurado no exercício foi negativo no valor de 238.272,42 €, pelo que a Câmara Municipal propõe a seguinte aplicação de resultados:

- Que o resultado líquido do exercício no valor negativo de 238.272,42 €, seja transferido para a conta “59 – Resultados Transitados”.

7. Notas Finais

Eventos Subsequentes

Verificamos à presente data ainda condicionalismos decorrentes da atual conjuntura económica derivada da Guerra na Ucrânia. Pese embora o efeito daquela não seja possível ainda de estimar com total exatidão, espera-se um impacto orçamental negativo motivado pelo acréscimo da despesa resultante do aumento do preço dos combustíveis, da energia elétrica e, conseqüentemente, dos custos de uma forma generalizada. No entanto, considera-se que se trata de uma questão conjuntural e que não colocará em causa a continuidade do desenvolvimento da atividade municipal.

Figueira de Castelo Rodrigo, 10 de abril de 2023

O Presidente da Câmara

(Carlos Manuel Martins Condesso)